

PODER

Campos Neto tem aval da cúpula do Congresso

Depois de Pacheco, Lira também defende a autonomia do BC e diz que lei “não retroagirá”

» TAÍSA MEDEIROS
» RAPHAEL FELICE

As ofensivas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de parlamentares contra o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, por causa da taxa de juros, não encontram respaldo na cúpula do Congresso. Após o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), defender a independência da autarquia, ontem foi a vez de o chefe da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), fazer o mesmo. O deputado enfatizou que a autonomia do BC “não retroagirá”.

“O Banco Central independente é uma marca mundial. O Brasil precisa se inserir nesse contexto. Penso que o Banco Central independente foi um modelo escolhido pelo Congresso Nacional, que dificilmente retroagirá”, afirmou, em uma feira agropecuária na cidade de Cascavel (PR).

A lei que determina a autonomia do BC foi aprovada pelo Congresso e sancionada pelo então presidente Jair Bolsonaro (PL). O objetivo é evitar que pressões político-partidárias interfiram no funcionamento da autarquia. Na avaliação de Lira, a maioria do Parlamento é contra a alteração na legislação. “Não posso afirmar o que é que vai sair do plenário, mas tenho a escuta, a tendência do que a maioria pensa, e com relação à independência do Banco Central, esse assunto não retroagirá”, frisou.

Na quarta-feira, Pacheco argumentou que a autonomia do BC “afasta critérios políticos, já que tem um aspecto técnico muito forte”. “Então, vamos buscar cuidar das questões do país e enfrentar os problemas dentro dessa realidade que existe, dessa autonomia do Banco Central, e buscar criar as fontes necessárias entre as pessoas envolvidas para que a gente possa ter um propósito comum bem-sucedido”, destacou.

Nos ataques a Campos Neto, Lula já disse que a independência do BC é uma “bobagem”, chamou o presidente da autoridade monetária de “esse cidadão”, destacou não haver motivo para a taxa de juros estar em 13,75% desde agosto e enfatizou ter o direito de estabelecer sua política econômica. Também ressaltou não ter de pedir licença para governar. Além disso, colocou parlamentares na linha

Isac Nóbrega/PR



O presidente da Câmara, Arthur Lira, frisou que a autonomia foi o modelo escolhido pelo Congresso para o BC



O Banco Central independente é uma marca mundial. O Brasil precisa se inserir nesse contexto”

Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara

Sem obrigação

Após a aprovação da autonomia do Banco Central, o presidente da autarquia não pode mais ser convocado pelo Legislativo. Ou seja, ele comparece apenas se assim quiser.

de frente das investidas contra Campos Neto. Na quarta-feira, líderes petistas na Câmara resolveram apoiar o convite para que o dirigente do BC explique no Congresso a política de juros adotada pela instituição.

No próprio Executivo, porém,

e entre deputados e senadores aliados, as sinalizações sobre o Banco Central são antagônicas. O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, por exemplo, já sustentou não haver pressão do governo sobre Campos Neto e negou que intenção de rever a autonomia da autoridade monetária. Ontem, na Câmara, ele reiterou as declarações. Acrescentou que não deveria existir tabu de que a instituição dê satisfações à população.

“Não é nenhum tabu que o Banco Central preste contas publicamente à sociedade. Ele já faz isso por meio da ata do Copom”, justificou. “Um debate que economistas têm feito é um esforço para que o Brasil não tenha taxas de juros tão elevadas. Quando a gente compara com outros países, o Brasil está praticando taxas de juros altíssimas”, emendou.

Explicações

Sobre o eventual convite do Parlamento para Campos Neto, Padilha ressaltou ser “absolutamente natural que o Congresso queira ouvir, fazer reuniões, analisar se os objetivos do BC estão sendo cumpridos ou não”. “No mundo inteiro as autoridades monetárias vão ao Congresso”, completou.

Já a deputada federal e presidente do PT, Gleisi Hoffmann (RS), reforçou as críticas à

política monetária aplicada pelo Banco Central. Ela afirmou querer a presença de Campos Neto no Parlamento para explicar o motivo das altas taxas de juros. “O que nós queremos é discutir a política monetária, ela faz parte da discussão política econômica no geral. Vamos aceitar juros de 13,75%? Por que o presidente do BC e diretores não podem vir ao Congresso para falar como definiram a média da inflação, uma meta exequível de 3%? Qual país do mundo está com uma inflação dessa?”, questionou, antes de entrar em uma reunião na liderança da legenda na Câmara. “Aliás, os juros nos Estados Unidos e na Europa estão negativos, então tem que explicar por que o Brasil tem um juro desse tamanho.”

Gleisi frisou que a política monetária “não pode jogar contra” a política do governo petista aprovada nas urnas e que os dados anunciados pelo BC vão trazer “recessão e desemprego”. “O país precisa de crescimento, precisa de emprego. Não pode ser uma política monetária que jogue contra isso, não foi essa política aprovada nas urnas”, afirmou. “Ninguém aqui está questionando, querendo mudar a legislação do Banco Central. Pode ser até que tenha alguém que queira, mas esse não é o foco, pelo menos não do governo. O que queremos é discutir.”

Debate interrompido sobre metas de inflação

Isac Nóbrega/PR



Campos Neto e Haddad conversaram sobre as metas de inflação

A equipe econômica já tinha uma sinalização positiva do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, para um ajuste nas metas de inflação dos próximos anos quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva passou a criticar com mais intensidade a condução da política monetária. A investida interrompeu as conversas com a autarquia.

O presidente do BC e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, trataram reservadamente sobre a necessidade de mudança nas metas de 2024 e 2025.

Na conversa, relatada a reportagem por dois técnicos da equipe econômica, Campos Neto sinalizou que uma eventual mudança da meta de inflação de 2024, de 3% para 3,5%, poderia ter um efeito menos danoso na economia e contribuiria para uma eventual ancoragem das expectativas.

O começo de uma discussão sobre alteração na meta poderia ocorrer na próxima quinta-feira, na reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN) — a primeira com Haddad, Campos Neto e a ministra do Planejamento, Simone Tebet. No entanto, o tema

não estará na pauta.

Conforme o decreto presidencial que definiu o regime de metas, cabe ao ministro da Fazenda propor o voto ao CMN com os objetivos que devem ser seguidos pelo Banco Central. Segundo um técnico da equipe econômica, o assunto geralmente é tratado mais próximo de junho. Para ele, o tema pode até

ser discutido na reunião da próxima semana, mas não há voto para deliberação até o momento.

Sem impacto

Um consenso entre os técnicos ouvidos é de que mudar a meta de 2023 com o ano já em curso teria praticamente nenhum impacto sobre a política monetária, uma vez que a calibragem de juros mira mais os

efeitos sobre a inflação de 2024.

Para possibilitar uma redução da Selic no curto prazo, a mudança da meta de 2023 teria de ser de grande magnitude, e não apenas um ajuste.

De acordo com os economistas do mercado consultados semanalmente pelo BC na pesquisa Focus, a mediana para o IPCA deste ano está em 5,78%. Já os cálculos do próprio Comitê de Política Monetária (Copom) apontam para uma inflação de 5,6% em 2023.

Mesmo que o centro da meta deste ano passe de 3,25% para 3,5%, a meta estaria estourada. Desde 2017, a margem de tolerância adotada para os objetivos anuais é de 1,5 ponto percentual. Ainda que essa banda retorne para 2 pontos percentuais — como vigorou entre 2006 e 2016 —, as projeções atuais indicariam para o descumprimento da meta deste ano, o que na prática continuaria a impedir uma queda mais imediata da Selic.

Por isso, para os técnicos, do ponto de vista da defasagem dos efeitos da política monetária, faria mais sentido afrouxar as metas de 2024 e 2025.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br

Maurenilson Freire



Encontro de Lula com Biden muda o eixo da política externa

A visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Casa Branca, para um encontro com o presidente Joe Biden, muda o eixo da política externa brasileira, que volta ao Ocidente, por razões geopolíticas e político-ideológicas. Se num primeiro momento a política externa do governo de Jair Bolsonaro fora de alinhamento absoluto com a política de Donald Trump, com a vitória do democrata a política externa brasileira havia nos levado a um afastamento dos Estados Unidos e a uma aliança tácita com os regimes iliberais da Europa Oriental, da África e do Oriente Médio. Bolsonaro estava se tornando um espelho do presidente russo Vladimir Putin.

O cientista político Luiz Werneck Vianna, logo no começo do governo Bolsonaro, foi um dos intelectuais a primeiro destacar que a democracia brasileira estava sob alto risco, não apenas por causa de um governo reacionário, “que faz do seu desmonte o seu objetivo estratégico”, mas também porque “uma parte de sua sociedade abandonou sua afeição por ela”. Uma de suas causas foi “o descaso com a organização da vida popular e a descrença no papel que uma cidadania ativa pode desempenhar nas democracias”.

Muito antes do assalto aos palácios da Praça dos Três Poderes, Werneck nos advertia dos riscos de que uma “ralé de novo tipo, com extração nos setores das camadas médias, em busca da fama e da riqueza fácil, inebriadas pelo mito pós-moderno da personalidade”, vislumbresse na sociedade indefesa a sua hora e a sua vez. Dizia que a infiltração desses vândalos em postos importantes no sistema da representação política era uma grave ameaça “à obra ainda inacabada da civilização brasileira”.

“O Brasil não é uma ilha, e faz parte desde sua origem do sistema capitalista mundial, filho do Ocidente, sua formação nacional se forjou sob a influência das correntes de ideias que nos vinham da França, no Império, segundo a modelagem operada pelo Visconde do Uruguai, e, na República, dos EUA, que inspiraram em larga medida a sua primeira Constituição em 1891, obra em grande parte derivada da influência de Ruy Barbosa na sua redação”, dizia.

A derrota de Bolsonaro interrompeu o caminho para a barbárie, mas parece que a verdadeira dimensão dos riscos que coríamos está se perdendo, mesmo diante do que aconteceu no dia 8 de janeiro. Lula está sendo tratado por nossas elites, principalmente aquelas que apoiaram Bolsonaro no primeiro e segundo turnos, como um líder populista terceiro-mundista de meados do século passado, ao contrário da percepção da opinião pública mundial e da maior parte dos líderes do Ocidente. E, às vezes, parece gostar disso.

Raízes do Brasil

Nesse aspecto, a viagem de Lula aos Estados Unidos e seu encontro com o presidente Biden demonstram que a rota histórica de nossas relações internacionais se mantém tendo por norte o Ocidente. Retoma-se o eixo democrático da diplomacia do Barão do Rio Branco, de Joaquim Nabuco e de Osvaldo Aranha. Oriente e Ocidente não são apenas espaços geopolíticos, são culturas, valores e conceitos que remontam há 4 mil anos de processo civilizatório, desde a antiguidade grega. A história viajou do Oriente, seu começo, para o Ocidente, a sua modernidade. A pós-modernidade, porém, por causa da China, é uma nova disputa entre Ocidente e Oriente no plano das estruturas políticas.

O Brasil não tem como fazer um percurso diferente, mesmo tendo um pé no Oriente ibérico, como nos mostrou Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*. Um dos traços característicos dos povos ibéricos é a cultura da personalidade, que consiste em se apegar a uma pessoa, mais do que a seus títulos ou posição social. O personalismo é a marca de uma sociedade que não consegue se organizar por si mesma. Relações sociais são marcadas pela empatia, seja a familiar, seja de afinidade. O personalismo, portanto, atravessa todas as camadas sociais. Nele, a obediência também é vista como virtude e sinônimo de lealdade. Um pouco da polarização política existente no país decorre desse fenômeno, que vale para Bolsonaro e para o presidente Lula.

Entretanto, Lula tem a obrigação de compreender os riscos desse fenômeno. A herança da escravidão e a da estrutura agrária colonial estão na raiz da desigualdade social brasileira, da formação da nossa elite econômica e política tradicional. Isso tudo tem um preço. Acabamos de nos livrar de um governo inspirado na experiência neoliberal chilena, que trabalhou para desconstruir o acervo social-democrata dos governos da redemocratização, mas também a herança liberal republicana que deu sustentação ao Estado brasileiro nos momentos de predomínio da democracia na vida nacional.

Talvez a conversa de Lula com Biden nos ajude a olhar para a frente. O presidente norte-americano acaba de fazer um discurso sobre o Estado na Nação que reposiciona os Estados Unidos em várias dimensões. As mais importantes são a defesa da democracia e de uma política econômica voltada para a reindustrialização do país, defesa do meio ambiente, combate às desigualdades e inclusão das minorias. Entretanto, o fantasma de Donald Trump, que manteve seu controle sobre o Partido Republicano e lidera a extrema direita norte-americana, ronda a Casa Branca. Existe muita convergência entre a situação de Biden e a de Lula. Isso é muito mais importante do que as boas relações com Argentina, Venezuela e Cuba.